



## DIREITOS HUMANOS

# Peru classifica trans como "doentes mentais"

Decreto assinado pela presidente Dina Boluarte trata oficialmente a transexualidade como transtorno. Ativistas LGBTQIAP+ peruanos admitem ao **Correio** preocupação com as consequências do documento

» RODRIGO CRAVEIRO

O Decreto Supremo N° 009-2024-SA, assinado pela presidente do Peru, Dina Boluarte, às vésperas do Dia Internacional contra a Homofobia, a Bifobia e a Transfobia, em 17 de maio, trata homens e mulheres trans como "portadores de doenças mentais". Ao publicar o documento, o Ministério da Saúde (Minsa) peruano alegou que o texto facilitará o acesso de pessoas trans ao tratamento psicológico gratuito.

O decreto estabelece que "a transexualidade, o travestimento de duplo papel, o transtorno de identidade de gênero infantil, transtornos de identidade de gênero, o travestimento fetichista e a orientação sexual egodistânica" se incluem em problemas de saúde mental. A decisão ignora o fato de que a Organização Mundial da Saúde (OMS) excluiu, em 1990, a homossexualidade da lista de Classificação Internacional de Enfermidades (CIE).

Consultados pelo **Correio**, membros da comunidade LGBTQIAP+ peruana reagiram com indignação e medo em relação às possíveis consequências do decreto. Em tese, o documento é visto como potencial ferramenta para aprofundar a intolerância sexual e a transfobia em um país de 32 milhões de habitantes, dos quais 74,6% são cristãos.

Jornalista, mulher trans e ativista no Peru, Gianna Camacho García, 36 anos, explicou que o decreto se insere em um eixo de três ações lançadas pelo governo Boluarte contra as pessoas LGBTQIAP+. "O Congresso da República do Peru está repleto de legisladores conservadores e ultrarreligiosos, que se opõem à nossa população. São congressistas contrários aos direitos LGBTQIAP+. Creio que essa atitude não foi algo isolado. Forma parte de um plano maior para que nós não tenhamos cidadania plena", disse, por meio do WhatsApp.

Para Gianna, o fato de o decreto ter sido criado às vésperas do Dia Internacional contra a Homofobia, a Bifobia e a Transfobia sinaliza a mensagem de que políticos desejam que as pessoas LGBTQIAP+ "deixem de existir".

Gianna admite que algumas congressistas trabalham pela revogação do decreto. "A comunidade trans peruana tem trabalhado pela dissidência política. A única forma de anular um decreto supremo passa pela promulgação de outro decreto.

Alfonso Silva Santisteban



Manifestação contra a transfobia em avenida de Lima, capital do Peru: "Nenhuma morte a mais"

### Indignação e insegurança

Fotos: Arquivo pessoal



"Os congressistas peruanos eliminaram o enfoque de gênero e têm apoiado práticas que atentam contra nós, da população LGBTQIAP+. O Peru é um país religioso, e nossa sociedade tem duplos padrões de julgamento. As pessoas fazem uma coisa e, às escondidas, fazem outra. Nunca houve tantas pessoas conservadoras e religiosas em posições de poder. Os extremos dos movimentos da direita e da esquerda se juntaram. Os partidos políticos que divergem entre si encontram algo em comum: a oposição às pessoas LGBTQIAP+."

**Gianna Camacho García, 36 anos, mulher trans, coordenadora do Observatório de Direitos Humanos LGBTQIAP+ no Peru**



"Não me sinto pessoalmente ofendido pelo decreto. Entendo as razões e o contexto, e sei como funciona o documento. No entanto, tenho medo ante o desconhecimento disso. Posso ter todas as razões do mundo e as teorias possíveis. Se alguém me disser que sou um doente mental, com base nesse documento, escutarei pouquíssimas razões lógicas e a pessoa não se importará com a realidade das coisas. Ante a falta de normativa no Estado peruano e de uma lei de identidade de gênero, as autoridades nos deixaram à deriva. Um decreto assim é irresponsável."

**Joaquín Alexander López Murga, 32 anos, homem trans, médico, morador de Lima**



"Essa ação ofende a toda a comunidade de pessoas trans no Peru. O decreto nos coloca em uma situação de perigo muito complexa, pois permite que qualquer pessoa nos agrida e use como justificativa a saúde mental. Também abre portas para terapias de conversão às pessoas trans. O decreto aborda a questão da infância e a sua associação com a ideologia de gênero."

**Leyla Huerta, mulher trans, fundadora da Féminas Perú**

Estamos em gestões para iniciar essa batalha", comentou a jornalista, atualmente no cargo de coordenadora do Observatório de Direitos Humanos LGBTQIAP+ do Peru.

Diretora e fundadora da organização não governamental Féminas Perú e mulher trans, Leyla Huerta afirmou que o impacto do decreto para a comunidade trans

no país é "completamente devastador". "Ele nos patologiza. Classifica qualquer ato contrário a nós como algo positivo para a sociedade, pois nos trata como doentes

mentais", lamentou. Leyla vê o texto inserido em um plano dos setores conservadores para anular os avanços de cidadania conquistados pela comunidade LGBTQIAP+. "Isso não começou agora, mas em 2018, quando passaram a dinamitar a democracia no Peru. O Ministério da Saúde avança nesse sentido, com esse decreto nefasto, que põe um cadeado a mais no direito de exercermos nossa cidadania, como qualquer outra pessoa."

Por sua vez, o médico Joaquín Alexander López Murga, um homem trans de 32 anos em Lima, disse à reportagem que o Ministério da Saúde peruano subestimou o potencial de maleficência desse tipo de documento. "O CIE-11 é, basicamente, uma lista de enfermidades e códigos estatísticos. Ele não deve ser interpretado como um manual ou uma forma de tratamento. No Peru, as pessoas LGBTQIAP+ não estão protegidas pelo Estado e praticamente não têm documentos dirigidos à comunidade trans, como protocolos de tratamento. Qualquer pessoa pode imprimir o decreto e afirmar que estamos abordados em uma determinada categoria e que o Estado publicou essa classificação", criticou.

### Problema

De acordo com Percy Mayta-Tristán, médico da Univesidad Científica del Sur (em Lima), o decreto buscava garantir que as pessoas trans peruanas tivessem acesso ao Sistema Integral de Saúde (SIS). "Essa população vulnerável não tem seguro de saúde. O Ministério da Saúde buscava encontrar um código, dentro da classificação de enfermidades, para que as pessoas trans pudessem se beneficiar do seguro", explicou ao **Correio**, por meio da rede social X. "Lamentavelmente, implementou-se outro critério, que transforma a transexualidade em patologia. O que era uma boa ideia para favorecer a população trans resultou em problema, pois, oficialmente, considera que as pessoas trans têm um diagnóstico de doença mental."

Maya-Tristán alerta que, ao reconhecer a classificação de doença mental, o governo abre as portas para as "terapias de conversão", proibidas no país. "Isso pode validar os grupos conservadores e certos setores religiosos a praticarem essas ações. As terapias de conversão são torturas contra pessoas LGBTQIAP+, a fim de mudá-las. Isso pode causar depressão, ansiedade e tentativas de suicídio", disse.

## ESTADOS UNIDOS

Timothy A. Clark/AFP



Michael Cohen: "Virolei minha bússola moral e paguei o preço"

## Ex-advogado confiava na proteção de Trump

No segundo dia de depoimento à Corte Criminal de Manhattan, Michael Cohen — ex-advogado de Donald Trump — foi sabatinado pela defesa do ex-presidente e assegurou que confiou na proteção do seu ex-chefe para evitar ser investigado pelos pagamentos disfarçados à ex-atriz pornô Stormy Daniels. Em um processo cada vez mais politizado, Trump recebeu apoio judicial do presidente da Câmara, Mike Johnson, e do seu antigo rival à nomeação republicana e potencial candidato à vice-presidência, Vivek Ramaswamy.

Cohen, que trabalhou para Trump de 2006 a 2018 como advogado pessoal e "faz-tudo", pagou US\$ 130 mil (R\$ 668 mil na cotação atual) do próprio bolso a Daniels na reta final das eleições de 2016, para que ela não revelasse uma suposta relação sexual com Trump ocorrida 10 anos antes, com o objetivo de evitar um escândalo que poderia ter sido fatal para as pretensões do republicano.

O ex-presidente devolveu US\$ 420 mil (R\$ 2,16 milhões), que incluíam impostos e serviços prestados entre outros itens, em 11 cheques, a maioria assinados de próprio punho, depois de Cohen ter apresentado faturas. A verba foi contabilizada como despesas legais. O último pagamento foi feito em 1º de dezembro de 2017, quando Trump ainda era presidente, conforme documentos apresentados em juízo. "Não se preocupe, tudo vai ficar bem. Eu sou o presidente dos Estados Unidos", teria dito Trump a Cohen.

### Arrependimento

"Lamento ter feito por ele coisas que não deveria, ter mentido, ter intimidado pessoas para atingir um objetivo", disse Cohen. "Para manter a lealdade e fazer as coisas que ele me pediu, virolei minha bússola moral e paguei o preço, assim como minha família", acrescentou. Cohen, apelidado de "pitbull" pelo zelo em proteger seu ex-chefe, se declarou culpado e foi condenado em 2018 a três anos de prisão por mentir ao Congresso, e também por crimes financeiros e eleitorais, além de ter perdido a licença para advogar. Ontem, ele admitiu que espera pela condenação de Trump.

O caso Stormy Daniels foi um dos vários escândalos que Trump tentou abafar às vésperas da eleição na qual derrotou a ex-primeira-dama e ex-secretária de Estado Hillary Clinton. O atual candidato republicano às eleições de novembro teria, então, manifestado seu receio pelo efeito "catastrófico" que essas revelações e o "ódio" por parte do eleitorado feminino iriam causar. Um tribunal de apelações negou o recurso de Trump de anular a ordem de silêncio imposta pelo juiz que conduz o julgamento, Juan Merchan, que lhe proíbe de falar em público com as testemunhas, jurados e funcionários da Corte.

"Esse é o maior esforço para interferir e roubar uma eleição federal na história política americana", rebateu Trump.

## REINO UNIDO

# Coroa britânica revela retrato oficial de Charles III

O Palácio de Buckingham revelou o primeiro retrato oficial de Charles III desde a coroação, com fundo vermelho e a silhueta do rei em uniforme da mesma cor, pintado pelo famoso artista britânico Jonathan Yeo. A pintura mostra o soberano de frente, vestido com o uniforme dos Guardas Galeses, regimento do qual é coronel desde 1975 e cuja cor vermelha serve de motivo para todo o quadro.

Seu autor, Jonathan Yeo, é um artista britânico reconhecido por seus múltiplos retratos de personalidades, como os ex-primeiros-ministros Tony Blair e David Cameron, os atores e atrizes Kevin Spacey, Nicole Kidman e Jude Law, e a ativista paquistanesa Malala

Aaron Chown/AFP



Yousafzai. O artista pintou retratos de vários integrantes da família real no passado, como Camilla Parker-Bowles, antes de se

tornar rainha, e o príncipe Philip, esposo da rainha Elizabeth II. O quadro, de 2,6 metros por 2m, foi encomendado em 2020

**Rei Charles III (D) e o pintor Jonathan Yeo (E), durante inauguração do quadro, no Palácio de Buckingham**

para comemorar o 50º aniversário da filiação de Charles à British Textile Guild, uma das associações mercantis históricas de Londres. O rei posou quatro vezes para o pintor, a última em novembro de 2023, mais de um ano depois de sua ascensão ao trono.

A seu projeto inicial, Jonathan Yeo acrescentou uma pequena borboleta que voa às costas do soberano a pedido dele, para ilustrar "sua paixão pela natureza e o meio ambiente", disse o artista em seu discurso pronunciado

por ocasião da apresentação da obra, nesta terça-feira, no Palácio de Buckingham. "Quando comecei esse projeto, Sua Majestade o Rei ainda era o Príncipe de Gales, e tal qual a borboleta que pintevoando às suas costas, o retrato evoluiu na medida em que a função de seu objeto avançou na vida pública", declarou o pintor, por meio de um comunicado. "Meu objetivo era também fazer referência às tradições de retrato real, mas de uma forma que reflita uma monarquia do século 21 e comunicar a profundidade da humanidade" do rei, acrescentou. O retrato será exibido durante várias semanas em uma galeria de Londres, antes de ir para o Drapers' Hall, sede da The Drapers' Company.